

Entrevista

Produtor precisa virar a página do endividamento para voltar a investir, afirma Leandro Gindri de Lima

Executivo da Central Sicredi Sul/Sudeste acredita que a MP de renegociação de dívidas pode dar fôlego a agricultores

Ana Esteves

Diante da crise enfrentada pelo agro gaúcho, a Medida Provisória (MP) 1.376, publicada neste mês pelo governo federal e que prevê a renegociação de parte das dívidas dos produtores rurais do Rio Grande do Sul, surge como alternativa para aliviar a pressão financeira sobre o campo.

Para o diretor-executivo da Central Sicredi Sul/Sudeste, Leandro Gindri de Lima, embora a medida esteja longe de representar a securitização reivindicada pelas entidades do setor, ela pode oferecer o fôlego necessário para reorganizar o fluxo de caixa das propriedades e permitir que muitos agricultores retomem os investimentos.

“A MP permite alongar dívidas de curto prazo e reorganizar o fluxo de caixa. Isso ajuda muito quem precisa respirar para continuar produzindo”, avalia Lima. Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, ele defende a ampliação do seguro rural, incentivos à irrigação, diversificação das atividades e investimentos em sistemas produtivos mais resilientes às mudanças climáticas.

Jornal do Comércio – A MP 1.376 realmente representa um alívio para o produtor rural? O sistema financeiro já está preparado para colocar essa linha em prática?

Leandro Gindri de Lima – Embora ela não seja a tão esperada securitização, acreditamos que pode ser uma alternativa importante. O produtor vem acumulando dificuldades há vários anos e precisa, acima de tudo, de fôlego financeiro. A MP permite alongar dívidas de curto prazo e reorganizar o fluxo de caixa. Isso ajuda muito quem precisa respirar para continuar produzindo. Agora, estamos aguardando as resoluções do Conselho Monetário Nacional (CNM), que vão regulamentar a medida e definir exatamente como ela será operacionalizada. O Sicredi vem se preparando desde o anúncio da medida, orientamos nossas cooperativas e estamos pedindo que os associados procurem as agências para manifestar interesse na renegociação. Também estamos



Leandro Gindri de Lima, diretor-executivo da Central Sicredi Sul/Sudeste

identificando as operações que poderão ser enquadradas. Tudo depende, agora, da regulamentação. Se as regras forem semelhantes às da MP anterior, conseguiremos operacionalizar rapidamente. Caso haja mudanças significativas, será necessário adaptar os sistemas.

JC – A medida será suficiente para atender todos os produtores?

Lima – Não. Ela certamente ajudará muitos agricultores, mas não todos. Ainda não sabemos, por exemplo, se haverá limite de recursos para cada instituição financeira. Se isso acontecer, inevitavelmente alguns produtores ficarão de fora. Além disso, existem operações que não serão contempladas. Portanto, ela representa um avanço importante, mas está longe de resolver toda a situação do endividamento rural. Mas precisamos recuperar o otimismo. Sabemos que os últimos anos foram extremamente difíceis, mas o produtor gaúcho sempre demonstrou capacidade de superação. É necessário reorganizar as finanças, aproveitar as oportunidades de renegociação, investir em eficiência dentro da propriedade e pensar em alternativas que aumentem a resiliência do sistema produtivo.

JC – O crédito rural perdeu força nos últimos anos devido ao crescente endividamento no Estado. Essa renegociação pode ajudar a destravar o crédito?

Lima – Nós percebemos uma desaceleração bastante significativa.

A carteira de crédito rural do Sicredi continua crescendo, mas em um ritmo muito menor do que vínhamos observando anteriormente. O produtor ficou mais cauteloso e, em muitos casos, sequer tinha condições de assumir novos financiamentos por causa do endividamento acumulado após várias frustrações de safra. Se conseguirmos virar essa página do endividamento, teremos condições de retomar os investimentos e construir um futuro mais sustentável para o agro gaúcho, pois enquanto o produtor permanece pressionado por dívidas de curto prazo, ele não consegue pensar em novos investimentos. Ao alongar esses compromissos, ele ganha tempo para reorganizar sua atividade e volta a olhar para oportunidades de crescimento. Isso é importante não apenas para o produtor, mas para toda a economia do Rio Grande do Sul.



Os últimos anos foram extremamente difíceis, mas o produtor gaúcho sempre demonstrou capacidade de superação

JC – E como fica essa “virada de página” diante dos desafios climáticos que vieram para ficar?

Lima – Precisamos trabalhar cada vez mais com propriedades resilientes e isso significa investir em irrigação onde houver viabilidade, melhorar a conservação dos solos, aumentar a capacidade de retenção de água e buscar alternativas produtivas. Não existe uma única solução. Cada propriedade precisa encontrar um modelo que reduza riscos e aumente sua sustentabilidade econômica. O Rio Grande do Sul possui enorme potencial em diversas cadeias produtivas, então o produtor não precisa ficar exclusivamente dependente de uma única cultura. Há oportunidades na pecuária, na olivicultura, na vitivinicultura, na produção de frutas e em diversas outras atividades. O importante é analisar a rentabilidade da propriedade como um todo e buscar alternativas que complementem a renda.

JC – O fortalecimento do seguro rural também passa a ser prioridade?

Lima – Precisamos de um seguro rural mais eficiente e mais abrangente. O Rio Grande do Sul sofreu quatro grandes perdas nas últimas sete safras e isso torna o seguro muito caro quando analisado apenas sob a ótica do Estado. É preciso pensar em um modelo nacional, que distribua melhor os riscos, permitindo oferecer proteção ao produtor com custos mais compatíveis.

JC – O cenário macroeconômico

Medida Provisória Nº 1.376, de 15 de julho de 2026

“Autoriza a criação de linhas de crédito para composição de dívidas para liquidação ou amortização de operações de crédito rural e de Cédulas de Produto Rural e autoriza a participação da União em fundo garantidor destinado à cobertura de operações de crédito rural contratadas por produtores rurais afetados por eventos climáticos adversos.”
Conforme o governo, a medida visa apoiar agricultores e cooperativas que sofreram perdas significativas comprovadas em duas ou mais safras, entre 2019 e 2025, devido a eventos climáticos extremos, desastres naturais e impactos econômicos. A iniciativa abrange produtores vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e a outras linhas de crédito rural, oferecendo prazos alongados e taxas de juros diferenciadas.

também dificulta a recuperação do setor?

Lima – A taxa Selic elevada impacta diretamente o custo do crédito, pois qualquer renegociação acaba ficando mais cara quando os juros permanecem altos. Esse é um fator que foge ao controle do produtor e das instituições financeiras. Por isso, além das medidas específicas para o agro, é importante que o ambiente econômico permita juros menores no futuro.

JC – Qual é a expectativa do Sicredi para o Plano Safra 2026/2027?

Lima – Nossa expectativa é ampliar o apoio ao produtor. No Rio Grande do Sul, pretendemos liberar cerca de R\$ 24 bilhões em operações de crédito rural entre custeio e investimento, um crescimento aproximado de 10% em relação ao ciclo anterior, quando foram liberados R\$ 22 bilhões.